

## **SODRÉ, Feliciano**

\*militar; pres. RJ 1923-1927; sen. RJ 1928-1930.

*Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior* nasceu em Macaé (RJ) no dia 30 de setembro de 1881, filho de Feliciano Pires Abreu Sodré e de Carolina Alves de Abreu Sodré.

Ingressou no Exército como voluntário quando se alistou nas forças federais que combatiam na Guerra de Canudos, rebelião popular de cunho messiânico liderada por Antônio Conselheiro iniciada no sertão baiano em novembro de 1896. Durante o conflito, lutou no batalhão liderado por Cláudio do Amaral Savaget, antigo integrante da junta governativa da Paraíba (1891-1892). Foi ferido nos combates no sertão baiano e teve que retornar ao estado natal. Matriculou-se a seguir na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde fez os cursos de estado-maior e engenharia e bacharelou-se em matemática e ciências físicas, em 1907. Permaneceria no Exército por vários anos, chegando a tenente-coronel em 1926.

Iniciou-se na política com a ajuda do então ministro da Guerra Hermes da Fonseca (1906-1909), que o encarregou, como tenente-engenheiro, da construção do forte da cidade de Macaé, que seria inaugurado em 1910. Com esse trabalho, construiu uma base política no município e, em dezembro de 1909, foi eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF) para a legislatura que se iniciaria no ano seguinte. Sua eleição foi apoiada por Oliveira Botelho, então deputado federal (1907-1910), importante aliado do então presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910) e candidato à presidência do estado do Rio na sucessão de Alfredo Backer (1906-1910). Mesmo ligado a Oliveira Botelho, e apesar de mostrar-se opositor de Alfredo Backer, principalmente após o rompimento deste com Nilo Peçanha, não era identificado como nilista. Em março de 1910, mesmo antes de assumir sua cadeira na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), apoiou a eleição de Hermes da Fonseca para a presidência da República (1910-1914).

Em julho de 1910, assumiu sua cadeira na ALERJ e manteve-se ao lado de Oliveira

Botelho nas divergências envolvendo a eleição deste para a presidência estadual. Na ocasião se enfrentaram dois grupos de parlamentares: um ligado a Alfredo Backer, defensor da candidatura de Manuel Edwiges Queirós Viana, e outro ligado a Nilo Peçanha e a seu candidato Oliveira Botelho. O antagonismo entre as duas facções culminou com a divisão da Assembleia Legislativa em duas, tendo cada qual proclamado a eleição de seu candidato no dia 10 de julho de 1910. Em consequência dessa divisão, nos dias seguintes às eleições os dois grupos acabaram deixando a capital do estado e retirando-se para Petrópolis. Prevendo a interferência do governo da União, o grupo fiel a Backer conseguiu um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhecia sua legitimidade como assembleia. Não obstante, o governo federal enviou tropas às repartições públicas, ao palácio do governo e à própria Assembleia, e o Congresso passou a debater a intervenção federal, terminando por autorizá-la. O impasse permanecia, e quando Hermes da Fonseca assumiu a presidência da República (15/11/1910) encontrou o chamado “Caso Fluminense” nessa situação. Backer abandonou o palácio do governo no final de dezembro, e o grupo que o apoiava deu posse ao candidato que elegera, Manuel Edwiges. No entanto, o governo federal interveio, e a posse de Edwiges, realizada fora da Assembleia, foi tornada sem efeito, sendo empossado o candidato Oliveira Botelho, simpático a Hermes da Fonseca, no dia 31 de dezembro de 1910.

Em 1911 Feliciano Sodré renunciou a seu mandato de deputado estadual para assumir a prefeitura de Niterói por nomeação de Oliveira Botelho e por indicação de Pinheiro Machado, senador gaúcho (1890-1915) e um dos principais nomes da política nacional. A partir desse momento, sua ligação com Oliveira Botelho foi fortalecida, levando-os a permanecer aliados em suas trajetórias políticas. Sua administração em Niterói, entre janeiro de 1911 e março de 1914, foi marcada pela tentativa de remodelação da cidade, com a construção de vilas operárias e novas vias, além de melhorias no serviço de água e saneamento urbano. Essas obras foram apoiadas pelo governo estadual, o que gerou críticas por parte da imprensa.

Na política, Sodré passou a integrar o Partido Republicano Conservador Fluminense

(PRCF), agremiação criada em fevereiro de 1911 a partir da fusão do PRF com o Partido Republicano Conservador (PRC), fundado por Pinheiro Machado uma semana antes da posse de Hermes da Fonseca na presidência da República com o objetivo de promover a união das oligarquias dominantes e dos militares em uma agremiação nacional que apoiaria o novo governo. Com essa mudança, a sigla PRF ficou sendo utilizada pela oposição.

Em 1914, Sodré candidatou-se à presidência do estado do Rio de Janeiro, apoiado por Oliveira Botelho, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado. Com esse apoio, Oliveira Botelho, cada vez mais ligado a Hermes e a Pinheiro Machado no âmbito federal, rompeu com Nilo Peçanha, que não concordou com a candidatura defendida pelo governo estadual, nem com a interferência federal na política fluminense. Nilo Peçanha candidatou-se ele próprio à presidência do estado, e o grupo nilista voltou a usar a sigla do PRF para sua candidatura.

Durante a campanha eleitoral, Nilo Peçanha percorreu todo o estado promovendo comícios e teve como aliado o jornal carioca *Correio da Manhã*, dirigido por Edmundo Bittencourt. Enquanto Feliciano Sodré também viajava procurando apoio das lideranças estaduais, Oliveira Botelho convocou a ALERJ para uma sessão extraordinária, na qual pretendia derrubar a mesa diretora da casa, composta por políticos nilistas. Diante da ameaça, a oposição solicitou um *habeas corpus* preventivo junto ao STF, que, ao ser concedido em 6 de junho de 1914, provocou a divisão da Assembleia em dois grupos: um apoiado pelo STF e outro pelos governos estadual e federal. Enquanto o primeiro buscava continuar a atividade legislativa, o segundo recusava-se a participar. No dia 21 do mesmo mês, quando os nilistas conseguiram um quórum de 23 deputados para formar a sessão, os botelhistas reuniram-se em local diferente, formando-se duas assembleias legislativas, a exemplo do que ocorrera nas eleições estaduais de 1910.

Depois do pleito de 12 de julho de 1914, os dois grupos se declararam vencedores e foram reconhecidos pelas respectivas assembleias. Em outubro, ainda como presidente da República, Hermes da Fonseca enviou mensagem à Câmara dos Deputados criticando a decisão do STF na disputa eleitoral fluminense. Tal fato foi encarado como uma tentativa

do presidente, apoiado por Pinheiro Machado, de intervir no estado do Rio de Janeiro. No entanto, como Hermes da Fonseca estava nos últimos dias de seu governo – que terminaria em 15 de novembro –, a Câmara não aprovou a intervenção. Em 16 de dezembro, o STF homologou outro *habeas corpus* garantindo a eleição de Nilo Peçanha para seu segundo mandato como presidente do estado do Rio (1914-1917). A contenda só foi resolvida quando o recém-empossado presidente da República, Venceslau Brás (1914-1918), assegurou a posse de Nilo Peçanha e colocou tropas à disposição do juiz federal do estado. O presidente adotou tal medida em respeito à posição do STF e devido à reaproximação política entre ele e o novo presidente fluminense que, mesmo sem ter apoiado seu nome como candidato à presidência da República, nunca se mostrara seu opositor. Segundo Mônica Kornis, “o apoio de Venceslau certamente expressava o reconhecimento do prestígio político de Nilo, mas também é possível que tenha pesado na decisão presidencial a rearticulação política do eixo Minas-São Paulo, que tinha como um dos seus objetivos o enfraquecimento de Pinheiro Machado, o grande sustentáculo de Feliciano Sodré e do antinilismo”.

Depois dessa derrota, Feliciano Sodré continuou na política fluminense, atuando ao lado de Oliveira Botelho na oposição ao segundo governo estadual de Nilo Peçanha e aos governos nilistas de Francisco Guimarães (1917), Agnelo Gerard Collet (1917-1918) e Raul Veiga (1918-1922). Em 1919 a oposição ao nilismo fortaleceu-se após a vitória de Epitácio Pessoa (1919-1922) no pleito presidencial. Como Nilo Peçanha apoiou o candidato derrotado Rui Barbosa, a oposição estadual ganhou mais espaço político e teve mais força e recursos eleitorais, liderada, principalmente, por Feliciano Sodré e Oliveira Botelho. Em março de 1922, o nilismo sofreu mais um forte abalo, com a derrota de Nilo Peçanha na eleição para a presidência da República na chapa da Reação Republicana, e a vitória de Artur Bernardes (1922-1926). Depois dos sucessivos reveses na esfera federal, o nilismo entrou em derrocada.

Com essa nova conjuntura, ainda em 1922 Feliciano Sodré concorreu novamente à presidência do estado apoiado por Oliveira Botelho, contra o candidato nilista Raul

Fernandes. Foi candidato na legenda do PRF, já que esse partido abrigava a oposição ao nilismo desde 1920, quando Nilo Peçanha e seus aliados passaram a utilizar a sigla do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). Em sua plataforma de governo, destacaram-se as críticas às práticas políticas nilistas, as propostas de moralização dos processos eleitorais, e as promessas de melhoria dos transportes, da educação e do crédito rural. Além disso, propunha uma nova alternativa econômica para o estado, com o investimento em atividades ligadas ao desenvolvimento industrial e urbano, visando a conter o êxodo da população urbana fluminense.

O pleito realizado em 9 de julho de 1922 foi marcado pelo estado de sítio decretado no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal devido à revolta irrompida em 5 de julho na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana. O movimento, que envolveu também a guarnição de Mato Grosso e iniciou o ciclo das revoltas tenentistas da década de 1920, foi deflagrado em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epiácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca.

Realizada a apuração da eleição fluminense, ambas as chapas concorrentes, alegando fraude na contagem de votos do oponente, proclamaram eleitos os seus candidatos. A oposição nilista, derrotada no pleito, pretendia comparecer à seção de reconhecimento e rebelar-se contra a diplomação dos novos parlamentares. Tentando evitar essa manifestação, no dia 17 as forças situacionistas colocaram tropas da polícia no prédio da ALERJ, para impedir o ingresso de seus opositores. Diante disso, estes ocuparam o prédio da Câmara Municipal de Niterói e formaram outra Assembleia, declarando-se o verdadeiro Poder Legislativo estadual.

Já que o reconhecimento do presidente do estado era da competência da Assembleia, a dualidade de assembleias ensejou a dualidade de governos. Os nilistas temiam que o novo presidente Artur Bernardes decretasse a intervenção federal no estado do Rio e por isso apresentaram ao STF um pedido de *habeas-corpus* que assegurasse a posse de seu candidato. Atendido o pedido, Raul Fernandes foi investido na presidência do estado,

recebendo o cargo de Raul Veiga, no dia 31 de dezembro de 1922. Entretanto, Feliciano Sodré também foi empossado por “sua” assembleia no mesmo dia. Logo depois, com a cobertura do governo federal, os partidários de Feliciano Sodré depuseram prefeitos adversários e fecharam câmaras municipais sob o controle dos nilistas. Enquanto isso acontecia, a Polícia Militar se recolheu aos quartéis, declarando só acatar ordens do governo central. Alegando a duplicidade de poderes no Rio de Janeiro, Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado e entregou o Executivo fluminense a Aurelino Leal em 10 de janeiro de 1923. O interventor anulou as eleições e marcou outras para meses depois.

Feliciano Sodré angariou o apoio do interventor e foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro em 28 de outubro de 1923. Nesse pleito, os nilistas não apresentaram candidatos ao Executivo nem ao Legislativo estadual. Durante seu governo, Feliciano Sodré procurou estabelecer suas próprias bases políticas, buscando o apoio dos grandes estados do país, através da adesão à política de defesa do café. Seu governo foi também marcado pela tentativa de dar mais autonomia ao estado do Rio em relação ao Distrito Federal, que possuía maior preponderância econômica. Sua principal estratégia foi a construção do porto e a criação da alfândega em Niterói, obras que mesmo com todo o empenho do governo não entraram em funcionamento efetivo durante a Primeira República.

Nas eleições federais de 1924, Feliciano Sodré apoiou a eleição de toda a chapa do PRF, enquanto o PRRJ não conseguiu eleger nenhum candidato. Em 1926 apoiou a candidatura de Washington Luís à presidência da República (1926-1930) e lançou, para a sucessão estadual, Manuel Duarte, deputado federal desde 1924. A eleição de seu candidato teve apoio de parte dos nilistas, chamados nesse momento de “nilistas acordistas” e que se autodesignaram “membros dissidentes do PRRJ”. Os termos do acordo entre as duas facções previam o apoio mútuo nas eleições de 1927: enquanto os nilistas apoiariam o candidato de Feliciano Sodré nas eleições para o Executivo estadual, o PRF garantiria a representação da oposição nas eleições para os Legislativos federal e estadual. Com esse acordo, parte dos nilistas voltou a ocupar cargos públicos.

Com o apoio dos nilistas, Manuel Duarte foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro no pleito de abril de 1927. Depois de transmitir o cargo, Feliciano Sodré foi eleito senador na vaga aberta com a renúncia de Manuel Duarte, que se elegera senador em fevereiro de 1927 para fortalecer ainda mais seu nome na disputa estadual. Em maio de 1928 Sodré assumiu sua cadeira no Senado, onde fez parte da Comissão de Diplomacia, Tratados e Legislação. Em outubro de 1930 perdeu o mandato em decorrência da vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Em 1934 surgiram disputas pela direção do PRF relacionadas à eleição da comissão executiva e à formulação de um novo programa partidário. Nesse embate, o grupo liderado por Oliveira Botelho se sobrepôs ao liderado por Manuel Duarte, que depois dessa derrota interna desligou-se do PRF e fundou no mês de maio o Partido Evolucionista do Rio de Janeiro. Nessa nova reformulação, Feliciano Sodré, que até então estava afastado do PRF, foi convidado a liderar o partido, fato confirmado na eleição da nova comissão executiva, em agosto de 1934, da qual passou a fazer parte ao lado de Oliveira Botelho, José de Moraes, Thiers Cardoso, Horácio Magalhães, Arnaldo Tavares, Sílvio Rangel, Jaime de Barros, Godofredo Pinto, Mendes Anta e Norival de Freitas. Sob sua liderança, nas eleições de outubro de 1934 para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Constituinte estadual o PRF não conseguiu eleger nenhum deputado federal e elegeu apenas um deputado estadual, Arnaldo Tavares.

Faleceu na cidade de Niterói em 26 de agosto de 1944.

Foi casado com Maria Hortência Vilanova Machado de Abreu Sodré, com quem teve quatro filhos.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em:  
<[http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/feliciano\\_sodre.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/feliciano_sodre.html)>.Acess

o em: 17/3/2011; BELOCH, I; ABREU, A. *Dicionário*; COL. BRAS.  
GENEALOGIA. Disponível em:  
<[http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_r\\_02.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html)>. Acesso em: 17/3/2011;  
FERREIRA, M. *Busca*; FERREIRA, M. *República*; KORNIS, M. *Enfrentamento*;  
LACOMBE, L. *Chefes*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; RAHAL, A.  
*Centenário*.